

# RESOLUÇÃO



**Esta Tribuna Publica, realiza-se num contexto de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da população.**

Milhares de trabalhadores continuam a ser empurrados para o desemprego; querem impor o aumento do horário de trabalho; roubam nos salários, nos subsídios de férias e natal; reduzem drasticamente os apoios sociais; encerram serviços públicos e aumentam brutalmente o custo de vida.

Estas medidas do Governo PSD/CDS e da Troika (FMI, UE, BCE) que, a concretizarem-se, constituem um atropelo à Constituição da República Portuguesa, representam um retrocesso no plano social e civilizacional que importa travar e combater.

É visível o empobrecimento dos trabalhadores, sejam da Administração Pública ou do sector privado, reformados e pensionistas, população em geral, onde se incluem os munícipes do concelho da Amadora. Estas propostas não só, são socialmente injustas como e intoleráveis. O aumento do custo de vida está a levar a uma quebra do poder de compra, originando uma não dinamização do mercado interno, conduzindo ao encerramento de empresas e à consequente perda de milhares de postos de trabalho.

A política do actual governo é desastrosa, não resolve a crise da dívida - antes a agrava; não resolve os problemas do país - antes os agrava.

Os trabalhadores, os jovens, os desempregados (só na Amadora estão inscritos mais de 11 mil desempregados) e os reformados e pensionistas estão a ser chamados a pagar a factura de uma crise para a qual não contribuíram. Foram as políticas seguidas pelos sucessivos Governos que levaram às perdas de competitividade da economia portuguesa; à liquidação de grande parte da nossa industria; à celebração de contratos desastrosos para o Estado no âmbito das parcerias público-privadas; ao buraco dos BPN e BPP; à corrupção, à fraude e evasão fiscais e ao não combate à economia clandestina.

## **Esta é uma política sem futuro!**

É urgente travar as privatizações, nomeadamente das empresas de transporte, CTT, da captação, tratamento e distribuição de água e resíduos sólidos urbanos. É fundamental inverter a política de desinvestimento no Estado Social, designadamente na segurança social, na saúde e na educação, na redução de serviços de transportes, que a par do agravamento da inflação, conduzirá a efeitos desastrosos no desenvolvimento do país, na qualidade dos serviços públicos, e provocarão o aumento da precariedade, do desemprego, da pobreza e da exclusão social.

## **O aumento do horário não passará!**

Rejeitamos o aumento da duração do trabalho em 2h30 semanais, porque vai reduzir, em média, os salários em 7%, aumentar em 16 dias o trabalho não pago (que, somados ao corte de 4 feriados e três dias de férias significará um mês de trabalho à borla), originar mais 250 mil desempregados. Mas também porque é ilegal e viola o direito à livre negociação da contratação colectiva.

## **Alteração ao subsídio de desemprego é roubar a quem descontou**

Considerando que atravessamos uma situação social grave, com o desemprego a aumentar todos os dias é inadmissível que as alterações pretendidas na atribuição do subsídio de

desemprego, visem uma redução de pelo menos 55% no período de concessão a todos desempregados, bem como o seu montante.

### **Liberalização dos despedimentos é uma agressão a quem trabalha**

A redução drástica do valor das indemnizações a par do alargamento dos motivos de despedimento sem justa causa, além contrariar a Constituição da República Portuguesa, irá contribuir para o aumento do desemprego, da precariedade e da exploração de quem trabalha.

### **Taxas moderadoras são cada vez mais taxas “condicionadoras” do acesso à saúde**

O SNS constitui uma conquista de Abril, contudo os sucessivos ataques a este direito fundamental tem sido enormes, sempre com a perspectiva de transferir para os cidadãos os custos que são da responsabilidade do Estado. É disso exemplo a implementação das taxas, não moderadoras, mas “condicionadoras” a par desta situação somos confrontados com a diminuição na comparticipação nos medicamentos, na retirada da isenção a muitos utentes (incluindo os mais desfavorecidos), na redução do apoio nos transportes e na diminuição dos profissionais de saúde. Desta forma o governo põe em causa o direito universal geral e gratuito à saúde.

Estas medidas injustas e desumanas não são inevitáveis, não aceitamos o aprofundamento das desigualdades e das injustiças sociais levadas a cabo por este governo, pelo que os presentes nesta tribuna pública assumem desde já o compromisso de tudo fazer para as combater.

Estaremos empenhados em dar o contributo necessário à recolha de pareceres a ser entregue na Assembleia da República no próximo dia 18, contra o aumento do horário de trabalho.

Mobilizaremos os jovens trabalhadores para participarem na Marcha contra o Desemprego a realizar no dia 25 de Janeiro, com concentração junto ao El Corte Ingles às 13 horas.

Não só participaremos com nos envolveremos no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados e pensionistas para a participação na Grande Manifestação convocada pela CGTP-IN no próximo dia 11 Fevereiro em Lisboa.

**A Luta continua, nas empresas e na rua!**

**Amadora, 7 de Janeiro de 2012**